

Demonstrações Contábeis

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS

31 de dezembro de 2023 e 2022

com Relatório do Auditor Independente

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/grupoaudisa)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

21/junho/2024

Aos conselheiros e administradores do

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS

Ref.: Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Prezado senhor (a),

Pelo presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.S.^a o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 do INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO – IBS.

Atenciosamente,

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Sócio

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portaliaudisa.com.br)

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

SUMÁRIO:

Relatório do auditor independente 4-7

Anexos:

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 /audisa.consultores

📷 @grupoaudisa

🌐 /company/grupoaudisa

🌐 PORTALAUDISA.COM.BR

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS

CNPJ: 07.456.934/0001-81

**“RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS”****Opinião sobre as demonstrações contábeis**

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO - IBS** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

As despesas com depreciações dos bens integrantes do Ativo Imobilizado estão sendo reconhecidas através de taxas anuais fixadas pela legislação fiscal, ao invés de se tomarem como base o tempo de vida útil estimada daqueles bens conforme determina a Resolução CFC nº 1.177/09 – NBC TG 27 – Ativo Imobilizado. A Entidade também não efetuou a verificação de possíveis desvalorizações significativas que possam existir conforme determina a Resolução CFC nº 1.292/10 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Portanto, não foi possível determinar se os ajustes dos saldos das contas resultariam em efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**
✉ recife@grupoaudisa.com.br**Porto Alegre**
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br**Rio de Janeiro**
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br**SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS**

f /audisa.consultores

@grupoaudisa

in /company/grupoaudisa

PORTALAUDISA.COM.BR

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo
Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife
✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre
✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro
✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores

 @grupoaudisa

 /company/grupoaudisa

 PORTALAUDISA.COM.BR

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

NOSSOS ESCRITÓRIOS**São Paulo**

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO**Recife**

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

 /audisa.consultores

 @grupoaudisa

 /company/grupoaudisa

 PORTALAUDISA.COM.BR

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 21 de junho de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 2SP 024298/O-3

Alexandre Chiaratti do Nascimento
Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

NOSSOS ESCRITÓRIOS

São Paulo

Alameda Rio Negro, 503 - 1º andar
Conj. 108/109 - Alphaville

☎ 11 3661-9933

✉ saopaulo@grupoaudisa.com.br

UNIDADES DE APOIO

Recife

✉ recife@grupoaudisa.com.br

Porto Alegre

✉ portoalegre@grupoaudisa.com.br

Rio de Janeiro

✉ riodejaneiro@grupoaudisa.com.br

SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS

📘 [/audisa.consultores](https://www.facebook.com/audisa.consultores)

📷 [@grupoaudisa](https://www.instagram.com/grupoaudisa)

🌐 [/company/grupoaudisa](https://www.linkedin.com/company/grupoaudisa)

🌐 [PORTALAUDISA.COM.BR](https://www.portalaudisa.com.br)

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

ALEXANDRE CHIARATTI DO
NASCIMENTO (14782348819)
Data: 28/06/2024 14:08:41 -03:00



VALIDAR DOCUMENTO

Código de validação: 4411F-67CD7-BDCA4-FCD3D

Para verificar assinatura após ter assinado acesse o link a abaixo:

<https://fenacondoc.com.br/valida-documento/4411F-67CD7-BDCA4-FCD3D>

A validação também pode ser feita utilizando o QR Code abaixo:



BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022


(Em Reais)

ATIVO			
	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4 a) b)	10.677.139	11.219.211
Outros Créditos	5	25.872	7.079
Total do Circulante		10.703.011	11.226.289
Não circulante			
Investimentos	4 d)	1.363.444	1.263.140
Imobilizado	6	1.201.011	1.222.589
(-) Depreciação Acumulada	6	(648.333)	(597.341)
Total do Não Circulante		1.916.121	1.888.388
Total do ativo		12.619.133	13.114.677

PASSIVO			
	Nota	2023	2022
Circulante	4 f)		
Fornecedores		23.011	37.812
Obrigações sociais e fiscais		2.678	7.778
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	7	8.067.000	8.418.066
Contas a pagar - Funcionários		6.397	7.491
Outras contas a pagar		8.755	10.266
Total do Circulante		8.107.841	8.481.413
Patrimônio líquido	8		
Patrimônio social		4.633.264	4.105.886
Superávit/Déficit do Período	4 i) 9	-121.973	527.378
Total do patrimônio líquido		4.511.292	4.633.264
Total do passivo e do patrimônio líquido		12.619.133	13.114.677

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de Dezembro de 2023


Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore

RG: 18.114.249-1

CPF: 254.724.858-19

Presidente


Afonso Custódio Tavares

CRC SP – 1SP109218/0-3

CPF: 676.688.608-00

Contador


DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO


Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Com Restrição	10 a)		
Incentivo Fiscal - Lei Rouanet	7	6.558.990	2.387.719
Sem Restrição			
Doações PF e PJ	10 b)	2.068.072	2.815.088
Total de Receitas Operacionais		8.627.062	5.202.807
Outras Receitas			
Receitas Financeiras	10 d)	470.142	905.742
Ganhos na Venda de Bens		60.000	-
Gratuidade Trabalho Voluntario	14	5.295	17.405
Total de Outras Receitas		535.437	923.147
Total de Receitas		9.162.499	6.125.954
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	11		
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custos com Projetos - Lei Rouanet	11 a)	6.546.531	2.403.332
Custos com Projetos - Outros Projetos Sociais	11 b)	1.931.591	1.792.022
Custos com Voluntários	14	5.295	17.405
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas ADM C/ Pessoal		118.359	134.366
Despesas Administrativas	11 c)	545.014	616.056
Despesas Financeiras;		1.394	44.171
Despesas Tributárias;	11 d)	136.288	590.259
Total de Custos e Despesas Operacionais		9.284.471	5.597.611
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS			
Depesas não Operacionais		-	964
(Déficit)/Superávit do Exercício		(121.973)	527.378

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2023


Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente


Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Superávit/Déficit do Período	(121.973)	527.378
Resultados abrangentes	<u>(121.973)</u>	<u>527.378</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de Dezembro de 2023


Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore

RG: 18.114.249-1

CPF: 254.724.858-19

Presidente


Afonso Custódio Tavares

CRC SP – 1SP109218/0-3

CPF: 676.688.608-00

Contador

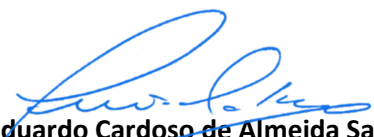
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO


Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Déficit/ Superávit do Período	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.155.121	950.765	4.105.886
Incorporação do Superávit do Período	950.765	(950.765)	-
Superávit do Período		527.378	527.378
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.105.886	527.378	4.633.264
Incorporação do Superávit do Período	527.378	(527.378)	-
Déficit do Período		(121.973)	(121.973)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.633.264	(121.972)	4.511.292

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis
São Paulo, 31 de Dezembro de 2023


Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente


Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa proveniente das operações		
Déficit/ Superávit do Período	(121.973)	527.378
Depreciação e amortização	50.992	109.539
Déficit/ Superávit Ajustado	<u>(70.981)</u>	<u>636.917</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Outros Créditos	(18.794)	24.599
(Aumento) redução nos passivos		
Fornecedores	(14.801)	26.369
Incentivo Fiscal	(351.066)	2.736.768
Obrigações fiscais e sociais	(5.100)	4.824
Contas a pagar - Funcionários	(1.093)	3.157
Outras contas a pagar	(1.511)	10.266
	<u>(392.366)</u>	<u>2.805.982</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	(463.346)	3.442.899
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	21.578	(531.008)
Investimentos	(100.303)	(98.782)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(78.725)	(629.790)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(542.071)</u>	<u>2.813.110</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.219.211	8.406.101
No final do exercício	<u>10.677.139</u>	<u>11.219.211</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(542.071)</u>	<u>2.813.110</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

São Paulo, 31 de Dezembro de 2023


Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore

RG: 18.114.249-1

CPF: 254.724.858-19

Presidente


Afonso Custódio Tavares

CRC SP – 1SP109218/0-3

CPF: 676.688.608-00

Contador

INSTITUTO BRASIL SOLIDÁRIO

CNPJ: 07.456.934/0001-81

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Nota 1 - Contexto Operacional

O Instituto Brasil Solidário é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, inscrita no CNPJ/MF: sob nº 07.456.934/0001-81, com sede na Av. Jorge João Saad, 271-275 sala 3, São Paulo, CEP 05618-000, com atividade preponderante na área cultural, conforme o artigo 4º do Estatuto Social, com o Título de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme publicado no D.O.U de 16 de dezembro de 2005, de acordo com a Lei nº9.790, de 23 de março de 1999. Tem como finalidade estatutária o fomento e a promoção da arte, cultura, leitura e educação integral, de forma continuada, permanente e planejada, visando o desenvolvimento cultural, social e econômico do ser humano e a melhora em sua qualidade de vida, formando-o, conscientizando-o e fornecendo acesso material para que seja protagonista de seu crescimento pessoal, do desenvolvimento de sua família e da comunidade em geral, sem distinção de raça, cor, partido político ou credo religioso.

A fim de cumprir as suas finalidades, o Instituto Brasil Solidário poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação e articular-se de forma conveniente, com órgãos ou entidades públicas e privadas nacionais e estrangeiras, assim como com empresas.

A administração mantém o foco na diversificação da captação dos recursos, para que não haja concentração de créditos, mantendo: (i) um plano bienal inscrito dentro de Leis de Incentivos Fiscais (Lei Rouanet); (ii) um projeto de intercâmbio social; (iii) parcerias com empresas privadas; (iv) parcerias com outras organizações sem fins lucrativos como institutos e fundações nacionais e internacionais; e (v) prestação de serviços de implementação de programas sociais para empresas privadas.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2023 e 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a NBC TG EC de 21 de novembro de 2019, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que

estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade opera.

Uso de estimativas e julgamentos

As preparações das demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nota 3 – Formalidade da Escrituração Contábil resolução CFC nº1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

Nota 4 – Principais práticas contábeis adotadas

- a) **Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) –

Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

	R\$	
	31/12/2023	31/12/2022
<i>Caixas e bancos Rec. Livres</i>	2.610.139	2.801.145
<i>Caixas e bancos Rec. Restritos</i>	8.067.000	8.418.066
	<u>10.677.139</u>	<u>11.219.211</u>

- b) Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;
- c) Instrumentos Financeiros:** A Entidade não contratou operações consideradas como sendo instrumentos financeiros derivativos.
- d) Investimentos:** A entidade manteve aplicação compromissada (realizável a longo prazo) até dezembro de 2025, para realização de projetos futuros.
- e) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 06. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.
- f) Passivo Circulante:** Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.
- g) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- h) Reconhecimento das Receitas:** Os reconhecimentos das receitas e despesas são efetuados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais.
- As Receitas são classificadas em (2) subgrupos: (a) Com restrição - Incentivo Fiscal; (b) Sem restrição – patrocínios, doações pessoa física e jurídica; e prestação de serviços.

O objetivo dessa prática é demonstrar de que forma as receitas do Instituto são captadas e alinhar as doações para fins específicos com os gastos correspondentes.

Os valores recebidos e empregados nos projetos são registrados da seguinte forma:

- **Recebimentos dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos são reconhecidos, o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito em conta específica de projetos vinculados no passivo circulante.
 - **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos das doações e recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo das contas específicas dos projetos.
- i) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Nota 5 – Outros créditos

Este grupo é composto por adiantamentos a fornecedores realizados para prestação de serviços e posterior emissão das notas, pagamentos de caução na locação de imóveis e seguros a amortizar.

	R\$	
	31/12/2023	31/12/2022
<i>Adiantamento a Fornecedores</i>	989	50
<i>Caução de Contrato de Aluguel</i>	18.400	
<i>Seguros a Amortizar</i>	6.483	7.028
	<u>25.872</u>	<u>7.079</u>

Nota 6 – Imobilizado

Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

R\$

	Taxas anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumu./Baixa	Líquido	
				31/12/2023	31/12/2022
Moveis e Utensílios	10%	116.126	(29.128)	86.998	73.323
Veículos	20%	737.509	(463.781)	273.728	371.571
Aparelhos e Ferramentas	10%	55.000	(28.792)	26.208	33.663
Sistema Com. e Proc. Dados	20%	247.864	(108.661)	139.202	125.683
Aparelhos telefônicos	20%	19.170	(5.404)	13.766	2.283
Outras Imobilizações	10%	25.342	(12.567)	12.775	18.725
Total		1.201.011	(648.333)	552.678	625.248

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

R\$

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Ajustes	Saldo em 31/12/2023
Movimentação do custo					
Moveis e Utensílios	92.476	23.651	-	-	116.126
Veículos	816.509	9.500	- 88.500,00	-	737.509
Aparelhos e Ferramentas	57.193	0	- 2.192,79	-	55.000
Sistema Com. e Proc. Dados	226.920	55.833	- 34.889,37	-	247.864
Aparelhos telefônicos	4.150	15.020	-	-	19.170
Outras Imobilizações	25.342	0	-	-	25.342
Total Custo	1.222.589	104.004	(125.582)	-	1.201.011
Movimentação da depreciação					
Moveis e Utensílios	(19.153)	(9.975)	0,00	-	(29.128)
Veículos	(444.937)	(107.343)	88.500,00	-	(463.781)
Aparelhos e Ferramentas	(23.529)	(5.719)	676,11	(219)	(28.792)
Sistema Com. e Proc. Dados	(101.237)	(43.574)	34.889,37	1.260	(108.661)
Aparelhos telefônicos	(1.868)	(3.537)	0,00	-	(5.404)
Outras Imobilizações	(6.618)	(5.343)	0,00	(606)	(12.567)
Total Depreciação	(597.341)	(175.492)	124.065,48	435	(648.333)
Saldo Líquido	625.249	(71.488)	(1.517)	435	552.678

Nota 7 – Incentivo Fiscal - Lei Rouanet

O Instituto Brasil Solidário é proponente de projetos culturais, aprovados pelo Ministério da Cultura (Minc), com incentivo fiscal aos apoiadores previsto no art. 18 da Lei Rouanet (8.313/91).

Em 2023 a Entidade concluiu com êxito a execução do Projeto Cultural – PRONAC 211769 Plano Bienal de Atividades - Brasil Solidário – 2022/2023. O Projeto tem por objetivo a manutenção das atividades do Instituto Brasil Solidário, incluindo: (i) ações presenciais de capacitação e treinamento gratuitas para crianças e educadores da rede pública em 16 municípios, com a doação de equipamentos fotográficos e acervo literário com objetivo de fortalecimento das bibliotecas

públicas; (ii) 4 palestras de escritores brasileiros em países da América Latina para difusão da literatura nacional, com doação de acervo em língua portuguesa e espanhola; (iii) produção de vídeos documentários com o registro das ações presenciais, mostrando os resultados alcançados; e (iv) oficinas de leitura e catalogação de acervo como contrapartidas sociais.

No final de 2023 a entidade iniciou a captação de recursos para o novo Projeto Cultural aprovado no Ministério da Cultura – PRONAC 235130 - que terá vigência no biênio 2024-2025, tendo por objetivo a manutenção das atividades permanentes da instituição na realização de ações formativas por meio de: (i) oficinas presenciais gratuitas para alunos e educadores de escolas públicas, integrando cultura e educação; (ii) cursos à distância de arte e cultura, oferecidos, gratuitamente, para professores de escolas públicas; (iii) palestras e mostras para a difusão das expressões culturais brasileiras no exterior; e (iv) na realização de ações para fomentar e monitorar atividades culturais nos municípios da rede.

Nota 8 – Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits/superávits apurados anualmente.

Na hipótese de a Associação perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial será transferido para outra pessoa jurídica qualificada

Nota 9 – Resultado do Período

O déficit da Entidade do período de 2023 (121.973) será deduzido do Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG2002 em especial no item 15, que descreve que o déficit/ superávit do período deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

Nota 10 – Receitas

As receitas, conforme art. 82º do Estatuto Social e normas contábeis, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber. Outras receitas (fins e sustentáveis) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

		R\$	
		31/12/2023	31/12/2022
Com Restrição			
<i>Incentivo Fiscal - Lei Rouanet</i>	a)	6.558.990	2.387.719
Sem Restrição			
<i>Doações PF e PJ</i>	b)	<u>2.068.072</u>	<u>2.815.088</u>
		8.627.062	5.202.807
Outras Receitas			
<i>Receitas Financeiras</i>	c)	470.142	905.742
<i>Gratuidade Trabalho Voluntario</i>		5.295	17.405
<i>Ganhos na Venda de Bens</i>		60.000	
<i>Outros Recursos Recebidos</i>		<u>0</u>	<u>0</u>
<i>Total de Outras Receitas</i>		535.437	923.147
Total de Receitas		<u>9.162.499</u>	<u>6.125.954</u>

- a)** Incentivo Fiscal para execução do Projeto Plano Bienal de Atividades;
- b)** Patrocínio e doações de PF e PJ para custeio geral de Projetos sem incentivo fiscal da Entidade.
- c)** Rendimentos referentes à aplicação de recursos para realização de projetos futuros

Nota 11 – Custos e Despesas Operacionais

Os custos com Projetos do Instituto Brasil Solidário, estão assim demonstrados:

		R\$	
		31/12/2023	31/12/2022
CUSTOS OPERACIONAIS			
<i>Custos com Projetos - Lei Rouanet</i>	a)	6.546.531	2.403.332
<i>Custos com Projetos - Outros Projetos Sociais</i>	b)	1.931.591	1.792.022
<i>Custos com Voluntários</i>		5.295	17.405
DESPESAS OPERACIONAIS			
<i>Despesas ADM C/ Pessoal</i>		118.359	134.366
<i>Despesas Administrativas</i>		545.014	616.056
<i>Despesas Financeiras;</i>		1.394	44.171
<i>Despesas Tributárias;</i>	c)	<u>136.288</u>	<u>590.259</u>
		9.284.471	5.597.611

- a)** Custos de projetos incentivados - Projeto Plano Bienal de Atividades;

- b) Custos de projetos não incentivados;*
- c) Despesas tributárias referentes às aplicações financeiras (IR).*

Nota 12 – Provisão para riscos trabalhistas

O Instituto, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

Nota 13 – Remuneração da administração

A Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Nota 14 – Gratuidade - Trabalho Voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12 do Conselho Federal da Contabilidade, a Entidade realiza a mensuração e a contabilização do trabalho voluntário recebido pelo justo valor da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e, pelo mesmo valor, como uma receita. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários tem o mesmo valor das despesas de trabalho voluntário, e foram todas apropriadas no resultado de 2023; o procedimento não implicou em alteração do resultado do exercício.

Nota 15 - Demonstração do Fluxo De Caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o indireto.

Nota 16 – Imunidade Tributária

O Instituto Brasil Solidário é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea” C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, bem como do art. 14 do Código Tributário Nacional.

Nota 17 – Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

Os valores segurados são definidos pelos administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. Os bens assegurados são os automóveis da Entidade.

R\$	
31/12/2023	31/12/2022
400.000	400.000
<u>400.000</u>	<u>400.000</u>

Nota 18 – Forma jurídica conforme a legislação vigente

O Instituto Brasil Solidário é uma associação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

Nota 19 – Característica da Imunidade

A Instituto Brasil Solidário é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9o. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.


Nota 20 – Requisitos para Imunidade Tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).


O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento

(operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art.94 do Estatuto Social);
- b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art.7 do Estatuto Social);
- c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art.88 do Estatuto Social).



Luis Eduardo Cardoso de Almeida Salvatore
RG: 18.114.249-1
CPF: 254.724.858-19
Presidente



Afonso Custódio Tavares
CRC SP – 1SP109218/0-3
CPF: 676.688.608-00
Contador